

Património Cultural Imaterial em Portugal
«SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE O “SABER-FAZER” TRADICIONAL»
Tomar, 24 e 25 outubro 2019
SESSÃO ABERTURA

O «SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE O “SABER-FAZER” TRADICIONAL» realiza-se num momento em que é crescente no país, a compreensão e a acção em prol do Património Cultural Imaterial (PCI). Existe como que um despertar para esta realidade patrimonial, mesmo que isso nem sempre se traduza em acções consequentes, com benéficas repercussões futuras.

Ao intervir na Sessão de Abertura deste «SEMINÁRIO NACIONAL» aqui em Tomar, para além de tal constituir uma honra, é também uma responsabilidade e um acto inspirador, sobretudo porque se tem presente, quer as fundas tradições e uma vasta cultura imaterial ancestral aqui radicada, quer certas práticas e expressões incorpóreas que nos nossos dias persistem, e de que a «Festa dos Tabuleiros» constitui hoje uma das suas expressões culturais mais notórias.

Assim, é de facto um privilégio participar nesta iniciativa que junta o «saber-fazer» tradicional português, já reconhecido pela UNESCO, como património da humanidade («Arte Chocalheira», «Louça Preta de Bisalhães» e «Bonecos de Estremoz»), e mais de uma dezena de outras diferentes expressões do artesanato tradicional (oleiros, tanoeiros, violeiros, caleiros, cesteiros, rendilheiras, etc.), enriquecendo-se deste modo o conhecimento geral quanto à acção já desenvolvida, em curso ou perspectivada.

Apesar da referida evolução ultimamente operada, o país precisa ainda muito de saber, de ter consciência que possui um rico, diversificado e vasto património cultural imaterial, cujo reconhecimento concorre para uma mais forte afirmação no mundo globalizado.

Com efeito, múltiplas manifestações culturais imateriais podem observar-se de Norte a Sul, no Continente e nas Ilhas, isto é, em todos os seus concelhos. Em todos eles existe o «saber fazer» antigo dos artesãos («tesouros humanos vivos», na terminologia da UNESCO); festividades cíclicas, exemplos de tradições religiosas ou de religiosidade popular; a música e a dança, quase sempre interpretadas por grupos artístico-culturais, vulgarmente designados de etnográficos e ou de folclore; teatralidades e outras performances tradicionais; a tradição oral assente nos «autóctones», sobretudo na memória das pessoas mais velhas que se repartem pelas freguesias que compõem cada município e a que os investigadores de ciências sociais designam por literatura oral tradicional; a medicina popular com as suas práticas curativas, preventivas e até cautelas supersticiosas; o saber tecnológico tradicional protagonizado por moleiros, caleiros, marnotos, lagareiros, etc.; a culinária e doçaria que assumem características próprias e cujos saberes e sabores integram com originalidade a sua cozinha tradicional.

Em todo este território não se expressam, portanto, apenas as invejáveis manifestações culturais imateriais que já figuram nas listas da UNESCO, o Fado, a Dieta Mediterrânica, o «Cante» Alentejano, a «Arte Chocalheira, a Louça Negra de Bisalhães, a Falcoaria e os Bonecos de Estremoz, mas igualmente a «Bugiada», de Valongo; o Auto de Floripes, em Viana Castelo; a «Coca», de Monção; as Danças Populares do *Corpus Christi*, de Penafiel; a Festa N.ª S.ª dos Altos Céus, na Lousa e a de N.ª S.ª Atalaia no Montijo; a Romaria de S. João de Arga, em Caminha; os Bonecos de Santo Aleixo, em Évora; o Culto Espírito Santo, nos Açores, etc. etc. ou seja, uma multitude de outras expressões culturais imateriais que muito importa conhecer, inventariar, preservar, promover e dignificar.

Os portugueses herdaram um património histórico, arqueológico, paisagístico, etnográfico..., festividades cíclicas, práticas sociais e rituais, memórias e afectos ligados a certos lugares, etc., isto é, uma cultura material e imaterial que se deseja cada vez mais respeitada, engrandecida e admirada.

A cultura tradicional, não é algo que remeta somente para o passado, pois ela enforma o nosso quotidiano, dado que as tradições continuam vivas e fazem parte do presente cultural da sociedade. O papel das comunidades, dos grupos e dos indivíduos enquanto criadores, protagonistas e transmissores tem, portanto, de ser mais reconhecido. O exercício institucional enquanto factor dinâmico e proficiente na sua defesa e dignificação torna-se insubstituível. Os organismos estatais que, directa ou indirectamente, agem no âmbito do PCI, podem ainda representar um estímulo ou uma ajuda para recuperar, manter ou impulsionar memórias, práticas, conhecimentos e gestos essenciais que compõem o sistema identitário. Portugal tem de se mobilizar para a sua auto-estima: inventariar, registar (filmar, gravar, anotar e fotografar objectos, lugares, saberes, festividades, rituais...), ousar classificar, enfim, organizar a sua defesa, tal qual presentemente já acontece, felizmente, com os «bens de pedra e cal» ou com o património móvel, seja ele artístico ou arqueológico.

A presença do património imaterial na sociedade actual não pode ser vista como uma mera questão técnica, mas como condição necessária para uma melhor afirmação de Portugal no contexto europeu e mundial. Cada país tem a sua história e a sua própria cultura. Aquilo que caracteriza a sociedade portuguesa resulta de um longo processo humano que permite que aqui radiquem características únicas que não devemos subestimar, entre as quais, o PCI, uma componente identitária fundamental.

Os artesãos tradicionais, «tesouros humanos vivos» na nomenclatura da UNESCO, carecem presentemente de uma atenção redobrada, dado o seu número ter vindo a diminuir significativamente, tornando o risco de extinção em alguns casos, bastante preocupante. É imperioso, por isso, alertar e procurar encontrar soluções para as situações mais graves, como é o caso, nomeadamente, do último oleiro de barro vermelho, mestre Mário Lagartinho, de Estremoz ou do casal de esteireiros de Odivelas, José Nunes e Hermínia Nunes, possuidores de um identitário «saber-fazer» da freguesia de Ferreira do Alentejo. Tanto mais que estes não são casos isolados, pois isso também sucede noutras zonas do país, como por exemplo, com o mestre João Teodósio, o derradeiro abegão em Albufeira e com Renato Araújo, mestre escaiolador, habitante de Olhão, ou então com o mestre calafate e barqueiro Sérgio Silva, o único que ainda labora no Médio Tejo. Mas também poderíamos falar de Joaquim SimSim, em Alcáçovas, nonagenário, e actualmente já inactivo ou do último mestre da «arte chocalheira», em Tomar que, infelizmente, foi ontem hospitalizado, não podendo, por isso, como gostaria, estar hoje aqui connosco.

Daí que seja imprescindível, nomeadamente:

1. Criação de uma «Linha “SOS” Património Cultural Imaterial em Perigo»;
2. Institucionalização do Programa «Tesouros Humanos Vivos», conforme preconiza a UNESCO;
3. Isentar ou reduzir de impostos os rendimentos auferidos pelos Mestres Artesãos, especialmente dos que se integram no «saber-fazer» tradicional já reconhecido pela UNESCO e, sobretudo, dos que fazem parte da *Lista do Património Cultural Imaterial que Necessita de Salvaguarda Urgente*.

Em nome da Associação Portuguesa para a Salvaguarda do PCI, quero agradecer a todos quantos colaboraram connosco, principalmente à C. M. Tomar, ao excelente apoio proporcionado pela sua Presidente, Dr.ª Anabela Freitas e, em particular pela Dr.ª Filipa Fernandes, Vereadora da Cultura (que desde a primeira hora aceitou este nosso desafio), à Dr.ª Ana Soares (Chefe de Divisão da Cultura), à Dr.ª Patrícia Romão, à Dr.ª Alexandra Matias e ao Dr. André Camponês com quem mais amiudada e frutuosa viemos a cooperar. Tudo isto, sem esquecer os autores das comunicações, os moderadores e os artesãos que muito irão enriquecer o conhecimento sobre esta tão importante faceta patrimonial. A todos eles se ficará a dever os resultados positivos que nestes dias, certamente, se irão alcançar.

Finalmente, com a realização deste Seminário Nacional, Tomar e a Região Centro, passarão a ser uma referência, não só na história desta Associação, mas sobretudo no contexto futuro do PCI em Portugal.

Pelo menos é esta a minha convicção.

Luís Marques

(Presidente da Associação Portuguesa para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial)